



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Visita à Procuradoria-Geral da República

A visita que hoje faço à Procuradoria Geral da República, a primeira de um Chefe do Executivo a esta egrégia instituição, constitui o penhor de minha homenagem ao Ministério Público brasileiro, um dos mais altos edifícios da cidadania.

O mundo de nossos dias assiste a um intenso processo de mudanças, cujo ritmo e profundidade vêm revolucionando a vida política, econômica, social, científica e tecnológica das sociedades. Estreitamente vinculado a essa fascinante trajetória dos novos tempos, o Estado contemporâneo tem podido conhecer aperfeiçoamentos extraordinários, sob o impulso da convicção crescente de que é na promoção e defesa do interesse coletivo que se engrandecem as funções do poder público.

Esta é a razão de o constitucionalismo moderno vir privilegiando a ampliação dos controles do Estado pela sociedade. O valor da democracia não está na quantidade de povo que a sustenta, mesmo quando se enfatiza o primado do interesse das maiorias. A democracia cria raízes e floresce à conta da capacidade que tenha o povo de afirmar-se soberano, por sua consciência de que dele emana todo o poder e de que apenas em seu nome será legítimo governar, legislar e julgar.

Dos vigamentos da Constituição de 1988, recolhemos, com orgulho, a certeza serena de que a cidadania conta agora com

instrumentos jurídicos consagradores da vontade e vocação nacionais de construir um Estado democrático de direito, em uma sociedade livre, justa e solidária.

«O Executivo não deve estar sozinho na responsabilidade pelo êxito de um projeto de recuperação nacional.»

Creio, entretanto, que os Procuradores da República, conscientes, na entrada do ano em curso, da gravidade da crise que se abatia sobre o País, e que projetava para os brasileiros o horizonte da catástrofe, compartilham agora comigo, todos, a convicção de que o Executivo não deve estar sozinho na responsabilidade pelo êxito de um projeto de recuperação nacional. A todos nós interessa que a República veja restauradas, de pronto, e elevadas à altura do merecimento de nosso povo, a vitalidade de nossas instituições políticas, a consistência de nossa economia e a credibilidade externa de nossa voz.

O Estado democrático se fortalece na moldura de um Ministério Público uno, indivisível e independente, sem similar em qualquer outra parte do mundo nem em nossas constituições anteriores, de certo em homenagem à gente brasileira que, também de maneira imprecendente em sua história, conseguiu recuperar o processo democrático e enaltece-lo no brilho das eleições presidenciais de 1989.

Desta Casa tenho a mais grata das lembranças. Nela vim buscar e encontrei, quando governador de Alagoas, o apoio institucional de que precisava para a dura luta, no plenário da Corte Suprema, contra o descalabro em que se transformara o quadro de salários no serviço público de meu Estado. O triste fenômeno, na realidade, alcançava o País por inteiro, numa grosseira afronta aos trabalhadores comuns; e daquele memorável processo resultou o despertar da consciência coletiva para um novo tempo, marcado por severa e permanente atenção à maneira de se administrarem os recursos do tesouro público.

Uma das evidências mais incontestes de que a soberania democrática é hoje patrimônio do povo brasileiro ancora-se na ampliação do papel, nas garantias e nas funções do Ministério Público. Seu reconhecimento como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, como defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, transformam-no em um dos instrumentos da consciência pública, um guardião incontornável da sociedade livre.

A democracia brasileira não tem dono, além de seu povo. Tampouco existe monopólio na defesa do interesse público, já não houvesse a sociedade definido e distribuído papéis distintos e complementares aos responsáveis maiores pela promoção e proteção da cidadania.

Este é o espírito com que hoje venho à Procuradoria-Geral da República prestar o tributo do Chefe de Estado a seu titular e, por seu alto intermédio, ao Ministério Público da Nação brasileira. Esta é a democracia que, juntos, soubemos reconquistar no texto constitucional de 1988 e nas urnas de 1989 e que, sempre juntos, haveremos de enriquecer, em nome de nossa lealdade obstinada para com os interesses do povo brasileiro, em nome de nossa confiança no futuro e de nosso compromisso com a grandeza crescente da República.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
por ocasião de sua visita à Procuradoria-Geral da República,
em Brasília, DF, no dia 23 de agosto de 1990.*